



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Os vereadores Silvânio Aguiar Silva, Anísio Clemente Filho e Gliverson Júnio Dias Marques solicitaram um minuto de silêncio em respeito aos falecimentos da Sra. Zoi Libone Cougias, filha de Dona Natalina; do Sr. José Pereira, pai do Josiel, motorista da cooperativa do município; do Sr. Aginaldo Oliveira Machado (Nozinho), tio do vereador Anísio e servidor municipal aposentado; e do Sr.



João Luís Ludgero Pimenta, primo do vereador Gliverson. O Plenário permaneceu um minuto em silêncio. Logo após, o vereador Silvânio sugeriu que, no momento oportuno, elaborassem quatro moções de pesar, em nome da Casa, se todos os vereadores concordarem. O vereador Nilton da Cruz Oliveira agradeceu ao Prefeito João Marcelo pela sanção de seu primeiro projeto de lei, a Lei nº 3.209, que trata da capacitação e qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias oito e quinze de abril de dois mil e vinte e cinco foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por quatorze votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício nº 001/2025. Nova Lima, 29 de abril de 2025. Dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Assunto: incentivo financeiro adicional e nomenclatura dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias. Apresentam reivindicações no intento de sensibilizar o Legislativo para diálogo junto ao Executivo Municipal. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo mencionou ter apresentado, em 2019, uma indicação ao Poder Executivo sugerindo a criação de um projeto de lei para pagamento do incentivo financeiro adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, a qual foi aprovada pela Câmara à época, mas não teve retorno daquele governo. Informou que, por compromisso pessoal, seu aniversário de casamento, não permaneceria até o final da reunião e, por esse motivo, não apresentaria o requerimento nesta sessão. Comprometeu-se a enviar a minuta do



requerimento no dia seguinte e, caso não seja apresentado por outro vereador, rerepresentá-lo na próxima reunião, indicando ao Poder Executivo que implemente e faça cumprir a lei. Não houve apresentação de proposições. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.497/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Altera os artigos 2º e 4º da Lei nº 3.052, de 09 de outubro de 2023, que “Dispõe sobre a criação do Programa Tendas Violetas no âmbito do município de Nova Lima”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 2) Parecer da Comissão de Educação referente ao Projeto de Lei nº 2.503/2025, autoria dos vereadores Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado e Gliverson Júnio Dias Marques, que “Institui a Lei Lucas no âmbito do município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Cláudio José de Deus, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer da Comissão de Direitos Humanos referente ao Projeto de Lei nº 2.504/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros adaptados para ostomizados nos espaços públicos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência. 4) Parecer da Comissão de Participação popular referente ao Projeto de Lei



nº 2.506/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o Dia Municipal do Voluntariado, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Danúbio de Souza Machado, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.507/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a regulamentação da doação de medicamentos não utilizados à Farmácia Solidária no âmbito no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Saúde Pública. 6) Parecer da Comissão de Direitos Humanos Desenvolvimento Econômico referente ao Projeto de Lei nº 2.510/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Cria o Programa “Pessoa Idosa em Atividade”, destinado a incentivar a inserção e a manutenção das pessoas com idade a partir de 60 anos no mercado de trabalho e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 7) Parecer da Comissão de Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.512/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Institucionaliza e inclui a Feirinha do José de Almeida no Calendário Oficial do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu



parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.513/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a priorização de práticas sustentáveis nas construções de moradias populares no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Meio Ambiente. 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.516/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Combate e Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (Fake News) em Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.517/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Nova Lima o Dia Municipal de Combate ao Etarismo e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico. 11) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.520/2025, autoria do vereador Mael, que “Dispõe sobre a denominação da quadra poliesportiva do Bairro Santa Rita e dá outras providências” – Quadra Poliesportiva Wester Anastácio. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular. 12) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.522/2025, autoria do vereador



Wesley de Jesus Silva, que “Reconhece as expressões artísticas cristãs como manifestações culturais do Município de Nova Lima e dispõe sobre o uso da Bíblia Sagrada como recurso paradidático nas escolas públicas e privadas do município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Educação. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos com a finalidade de anexar o parecer aos dois Projetos de Decreto Legislativo. Decorrido o tempo, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos e solicitou ao Senhor Secretário a leitura:

13) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 472/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Honorário, e dá outras providências” – Dr. Frederico Aguiar Balena de Faria. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

14) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 473/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Empresa Cidadã à PIC Lanches Ltda. e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Danúbio de Souza Machado, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.500/2025, autoria dos vereadores Abner Henrique Santana Soares e Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Autoriza o Município de Nova Lima a conceder Bolsas de Estudo de nível superior e cria o Programa Municipal Faculdade para Todos e dá outras



providências”. Em discussão, o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro discorreu sobre a importância e relevância da proposição. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. O vereador Abner Henrique Santana Soares ressaltou os impactos positivos do projeto, e agradeceu os vereadores pela votação e contribuições.

2) Projeto de Lei nº 2.502/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.864, de 05 outubro de 2021”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. 3) Projeto de Lei nº 2.505/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Institui a Lei Ana Lúcia da Silva, que dispõe sobre o estabelecimento de estratégias permanentes de resposta e prevenção ao racismo nas escolas públicas municipais de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda substitutiva aditiva apresentada pelo vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, alterando a redação do art. 2º que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º. O município deverá atualizar o Regimento Escolar das unidades educacionais criando o Regimento Disciplinar, estabelecendo capítulo especial sobre racismo, estabelecendo fluxos claros de prevenção e resposta, formas de apuração, penalização e sanção dos envolvidos. Em discussão, o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro destacou a



importância e relevância do projeto, reforçando seu impacto positivo na comunidade escolar. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção.

4) Projeto de Resolução nº 194/2025, autoria dos vereadores Viviane Gomes de Matos e Thiago Felipe de Almeida, que “Cria a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda modificativa apresentada pelos vereadores Thiago Felipe de Almeida e Viviane Gomes de Matos, alterando a redação do art. 1º, §1º, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º, §1º. A Procuradoria da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão desta Casa, sendo órgão independente, formado por vereadora do gênero feminino, respeitada a proporcionalidade partidária, sendo possível a ocupação do cargo por vereador do gênero masculino, apenas e tão somente na hipótese do art. 2º, §3º. Alterando ainda a redação do art. 2º, §3º, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º, §3º: Na hipótese de não verificação de vereadoras do gênero feminino no exercício do mandato legislativo, o Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima procederá à designação de vereadores do gênero masculino interessados a exercerem as respectivas funções, respeitando a regra de proporcionalidade partidária. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum



vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à promulgação. A vereadora Viviane Gomes de Matos agradeceu aos demais vereadores pela aprovação unânime do projeto. Afirmou que nesta noite, celebram um marco histórico para a Casa: a criação da Procuradoria da Mulher. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.503/2025, autoria dos vereadores Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado e Gliverson Júnio Dias Marques, que “Institui a Lei Lucas no âmbito do município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por treze votos a emenda modificativa apresentada pela Comissão de Educação, alterando a numeração dos artigos 10 e 11 do projeto, que passam a receber a numeração 11 e 12, e mantém a redação original. E adicionando o artigo 10 ao projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 10. Os estabelecimentos de Ensino de Educação Básica e de Recreação Infantil, da rede pública e privada, poderão contratar estudantes de graduação ou profissionais da área da saúde para orientar e oferecer assistência e atendimento aos casos de urgência e emergência, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível. O Plenário aprovou por treze votos a emenda supressiva apresentada pelo vereador Cláudio José de Deus, suprimindo o artigo 6º do projeto. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com as emendas, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.506/2025, autoria do



vereador Danúbio de Souza Machado, que “Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o Dia Municipal do Voluntariado, e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.510/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Cria o Programa “Pessoa Idosa em Atividade”, destinado a incentivar a inserção e a manutenção das pessoas com idade a partir de 60 anos no mercado de trabalho e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 473/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Empresa Cidadã à PIC Lanches Ltda. e dá outras providências”. Em primeira e única votação, aprovado por treze votos e encaminhado à promulgação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Mael: Requer à Prefeitura de Nova Lima a construção de abrigos destinados aos pontos de mototaxistas, visando proporcionar maior segurança e conforto aos profissionais que desempenham essa atividade na cidade. Os vereadores Mael e Cláudio José de Deus discutiram o requerimento, que foi aprovado por treze votos. 2) Autoria do vereador Gliverson Júnio



Dias Marques: Requer ao Prefeito Municipal que seja providenciada uma intervenção viária na região conhecida como Papa-Milho, em toda extensão das Alamedas da Serra e Ipê Roxo, incluindo caneletas e piso, bem como seja feito estudo de viabilidade para implementação de melhorias na estrada de acesso àquela comunidade, tais como defesa metálica (guard rail) e alargamento da via de acesso em pontos de erosão avançada. Os vereadores Gliverson e Thiago Felipe de Almeida discutiram o requerimento, que foi aprovado por treze votos. 3) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Presidente da Câmara a realização de audiência pública, com a presença da Secretária Municipal de Segurança e Trânsito, bem como demais órgãos e entidades envolvidas, para tratar dos impactos à mobilidade urbana do município de Nova Lima causado pela suspensão da terceira faixa no projeto de alargamento do viaduto sobre a BR-356, na região do Belvedere. A vereadora Viviane e o vereador Silvânio Aguiar Silva discutiram o requerimento, que foi aprovado por treze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado propôs requerimento, com o objetivo de minimizar os impactos causados pelas obras na Praça Bernardino de Lima, que permanecem inativas há dias e vêm prejudicando o comércio local. Considerando que: empresários e comerciantes da região têm procurado esta Casa Legislativa relatando dificuldades decorrentes do fechamento da praça, que impacta diretamente suas atividades comerciais; as obras, ainda não iniciadas, estão causando prejuízos e transtornos aos empresários e à população; é fundamental garantir a segurança, a mobilidade e o funcionamento adequado do trânsito durante o período de realização das obras. Solicita ao Prefeito Municipal as seguintes providências: 1. Que seja



realizado um estudo conjunto entre as Secretarias de Segurança, Mobilidade e Trânsito e de Obras, com o objetivo de viabilizar o fechamento de apenas parte essencial da praça, aquela que esteja, efetivamente, passando por obras de modo a permitir sua realização sem dificultar o trânsito e a passagem de pedestres em áreas não afetadas como, por exemplo, frente à Drogeria Lucena; 2. Que seja organizado, por ocasião da realização da obra na praça, um esquema de estacionamento no espaço existente em frente à Igreja Matriz, de modo a facilitar o estacionamento e fluxo de veículos e minimizar os prejuízos aos comerciantes locais; 3. Que seja realizado estudo para possibilitar o estacionamento em ambos os lados da via onde está localizado o supermercado EPA, mesmo havendo cerco em um dos sentidos, haja vista a largura da mesma, buscando garantir a fluidez do trânsito e possibilidade de parada e estacionamento de veículos e mitigar os transtornos durante o período de obras. Os vereadores Joselino Santana Dias e Abner Henrique Santana Soares discutiram o requerimento. Com a permissão do vereador Danúbio, o vereador Joselino Santana Dias assinou o requerimento, que foi aprovado por doze votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento, solicitando o envio de moção de pesar à família enlutada da senhora Zoi Liboni Cougias, por ocasião de seu falecimento no dia 29/04. Filha da senhora Natalina, Zoi teve uma vida dedicada à educação e ao comércio da cidade; deixa um legado para todos os nova-limenses, a expressão de que o trabalho, o empenho e a fé podem mudar para melhor a vida de toda uma comunidade. Solicitou ainda o envio de moção de pesar à família do senhor José Pereira por ocasião do seu falecimento, também hoje. Pai amoroso, trabalhador, o senhor José Pereira deixa



esposa e dois filhos que, consternados, relataram que o pai sempre foi dedicado, um cristão de fé e temente a Deus. Informou que o senhor José é pai do Josiel, que trabalha na cooperativa de transporte dirigindo ônibus, uma pessoa muito querida. O vereador Abner Henrique Santana Soares manifestou o sentimento de luto pela perda da senhora Zoi. O vereador Anísio Clemente Filho propôs requerimento, solicitando o envio de moção de pesar à família do senhor Agnaldo Oliveira Machado, mais conhecido como Nozinho. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando o envio de moção de pesar à família do senhor João Luís Ludgero Pimenta, conhecido por muitos como João Barata. Ressaltou que o João foi para ele mais que um primo, foi um companheiro de vida, dividindo sonhos e construindo uma amizade verdadeira, que o tempo nunca vai apagar. Os vereadores Cláudio José de Deus e Viviane Gomes de Matos se solidarizaram com as famílias enlutadas. O Plenário aprovou as quatro moções por treze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos a realização de capina e manutenção da via de acesso ao campo de futebol localizado no Bairro Mina D'água, esquina com a Rua Carvoeira, local utilizado pela equipe esportiva do Cocha Bamba Futebol Clube. Os vereadores Gliverson e Cláudio José de Deus discutiram o requerimento, que foi aprovado por treze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a intensificação das manutenções na Praça Carlos Cruz, localizada na Chácara dos Cristais, próxima à Rua Contorno, na divisa com o Bairro Jardim das Américas (BNH). Requereu atenção especial



às áreas paisagísticas, incluindo poda, cuidados com árvores, plantas e gramados, bem como reparos, ampliação e manutenção na academia ao ar livre existente no local. Aprovado, treze votos. O vereador Nilton da Cruz Oliveira propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a reinstalação do ponto final de ônibus da Via Ouro no local onde era anteriormente, na Rua Poços de Caldas, Bairro Água Limpa, em frente ao conhecido Bar do Chico, bem como a implantação de um ponto de apoio para os motoristas de ônibus, com a construção de uma estrutura adequada, com os seguinte elementos: um container ou estrutura similar que possa servir como ponto de apoio para os motoristas; espaço interno com mesa, para descanso e pequenos momentos de refeição; banheiro para as necessidades básicas de higiene; mini cozinha equipada com micro-ondas, para que os motoristas possam aquecer suas refeições e armazenar alimentos saudáveis; acesso à água potável, seja por bebedouro ou instalação de sistema adequado. Aprovado, doze votos. A vereadora Viviane Gomes de Matos reiterou convite feito pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e as prefeituras de Belo Horizonte e Nova Lima a todos os interessados para participarem da segunda consulta pública do Projeto Parque da Linha Férrea, a realizar-se no dia 30/04 de 2025, a partir das 19 horas, no auditório do Centro de Educação Integral Imaculada Conceição, na Rua dos Aimorés, 1600, Funcionários, Belo Horizonte. O vereador Wesley de Jesus Silva informou que, por meio da Comissão de Meio Ambiente, será realizada uma visita à empresa Vale no dia 16, às 9 horas, e estendeu o convite aos demais parlamentares, solicitando que comuniquem previamente à comissão para fins de organização junto à



empresa. Parabenizou o vereador Gliverson pela condução da audiência pública sobre a falta de medicação na farmácia municipal, destacando a condução madura e técnica do parlamentar. Informou que, ao final da audiência, foi realizada uma diligência, da qual resultou o protocolo de proposta de criação de um comitê de fiscalização permanente sobre a ausência de medicamentos, já encaminhada à Comissão de Saúde. Parabenizou também os demais integrantes da Comissão de Saúde, os vereadores Mael e Silvânio. Propôs requerimento, solicitando ao poder público municipal que avalie a possibilidade de expandir o prédio da Escola David Finlay, de forma que, por meio dessa reforma, seja viabilizado o atendimento à comunidade do Galo com a instalação de uma creche escolar, serviço considerado de grande importância diante do crescimento da localidade. Aprovado, treze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques agradeceu à Presidência da Câmara, à Comunicação e à Procuradoria da Casa pelo apoio à realização da audiência pública sobre a falta de medicação na farmácia municipal, ressaltando que o êxito do evento se deve ao trabalho conjunto. Estendeu os agradecimentos aos vereadores Silvânio e Mael pela forma competente com que também conduziram os trabalhos, e aos vereadores Pedro Dornas, Nilton, Adilson e representantes dos demais vereadores que estiveram presentes. Ressaltou a atuação do vereador Wesley de Jesus, autor do requerimento que originou a audiência, e reconheceu o empenho da Secretaria Municipal de Saúde, que prestou esclarecimentos com transparência e presteza. Destacou que a audiência foi a primeira realizada pela atual legislatura e considerou o evento um marco para a Casa Legislativa. Agradeceu, ainda, à população que participou



presencialmente e de forma remota. O vereador Abner Henrique Santana Soares justificou a ausência dele na audiência pública, parabenizou todos os vereadores que participaram, em especial o vereador Gliverson pela brilhante condução, e o vereador Wesley, autor do requerimento. Comunicou que, em continuidade à sua atuação frente aos problemas do transporte público decorrentes do acidente envolvendo a empresa Saritur, recebeu resposta do Ministério Público acerca da representação que protocolou há alguns meses. Informou que o MP comunicou que a manifestação encaminhada por seu gabinete foi anexada ao processo que investiga os acidentes envolvendo a empresa Saritur, passando a integrar formalmente a apuração. Destacou que o Ministério Público também informou que o Deputado Estadual Wendel Mesquita apresentou representação com o mesmo teor e que, até então, não houve resposta do DER. Ressaltou que a promotoria prorrogou o prazo de investigação por mais um ano, determinou o envio da manifestação ao Ministério Público do Trabalho da 3ª Região e remeteu os autos à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor em Belo Horizonte. Enfatizou que a luta por melhorias no transporte público tem avançado, ainda que de forma gradual, e reforçou o compromisso com a transparência e com a defesa dos interesses da população. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. _____